

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Aposentadorias Programadas
Aposentadoria por Idade
Aposentadoria por Tempo de Contribuição
Aposentadoria Especial

1) Aposentadoria por Idade – arts.48/51, LB

a) Beneficiários : TODOS os segurados

b) Requisitos: idade + carência

IDADE

→ Idade

- H – 65 anos/ M – 60 anos
- Trabalhador Rural: H – 60 anos/ M – 55 anos
- Deficiente
 - Idade: H – 60 anos/ M – 55 anos
 - + deficiência no mínimo por 15 anos

CARÊNCIA

Regra permanente:

- (i) 180 contribuições mensais
- (ii) **segurado especial (art.39, I)**: 180 meses de atividade em período imediatamente anterior ao requerimento

Regra transitória:

- (i) trabalhador **URBANO**: contribuições mensais conforme tabela do art.142
- (ii) trabalhador **RURAL**: meses de atividade em período imediatamente anterior ao requerimento, conforme tabela do art.142 (art.143)

Tese do congelamento da carência

- **URBANO**: aplicabilidade – Súmula 44, TNU: *para efeito de aposentadoria urbana por idade, a tabela progressiva de carência prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91 deve ser aplicada em função do ano em que o segurado completa a idade mínima para concessão do benefício, ainda que o período de carência só seja preenchido posteriormente.*
- **RURAL**: inaplicabilidade – STJ, Pet 7.476, 3.a Seção (j. 13.12.2010), e Resp 1.354.908, 1.a Seção (j. 09.09.2015)

Gozo de AD/AI intercalado de atividade vs Carência

- art. 55, II, LB: considera o tempo em gozo de AD/AI intercalado de atividade como **tempo de SERVIÇO**
- STJ, Resp n.º 1.271.928 (j.16.10.2014)
- Súmula 73, TNU: *O tempo de gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez não decorrentes de acidente de trabalho só pode ser computado como tempo de contribuição ou para fins de carência quando intercalado entre períodos nos quais houve recolhimento de contribuições para a previdência social.*

c) Valor:

(i) 70% SB + 01% por grupo 12 contribuições, limitado a 100% SB, multiplicado pelo FP se mais benéfico.

(ii) segurado especial (art.39, I): um salário mínimo

d) Início do pagamento:

- Regra geral: Data de Entrada do Requerimento (DER)

- Exceção - empregado e doméstico:

(i) **SE** requerida aposentadoria **até 90 dias** depois do desligamento do emprego, o início do benefício retroage ao desligamento.

(ii) **SE** requerida **após 90 dias** do desligamento do emprego, ou se não houver desligamento do emprego, desde a DER

e) Observações

- Perda da qualidade de segurado: não prejudica a concessão dessas aposentadorias DESDE que o segurado tenha cumprido os requisitos necessários à sua concessão na data do requerimento (Lei 10.666/03, art.3.o).

2) Aposentadoria por Tempo de Contribuição (APTC)

⇒ Denominação: **APTC** ou **APTS** (CF x LB, art. 52/56) ?

a) Beneficiários: TODOS os segurados **exceto**:

- segurado especial

l. **súmula 272, STJ**: o trabalhador rural, na condição de segurado especial, sujeito à contribuição obrigatória sobre a produção rural comercializada, somente faz jus à aposentadoria por tempo de serviço, se recolher contribuições facultativas.

- segurados que optaram pelo sistema de inclusão previdenciária e contribuem no percentual de 11% ou 5% sobre o sm.

a) Requisitos: **TC**+ carência

Tempo de Contribuição (**TC**)

TC	H - 35 anos/ M - 30 anos Professor ensino infantil/fundamental/médio: redução do TC em 05 anos					
	Deficiente <table> <tr><td>Grave:</td><td>H - 25a/M - 20a</td></tr> <tr><td>Moderada:</td><td>H - 29a/ M - 24a</td></tr> <tr><td>Leve:</td><td>H - 33a/M - 28a</td></tr> </table>	Grave:	H - 25a/M - 20a	Moderada:	H - 29a/ M - 24a	Leve:
Grave:	H - 25a/M - 20a					
Moderada:	H - 29a/ M - 24a					
Leve:	H - 33a/M - 28a					

→ **Professor**

Súmula 726, STF (sessão de 26/11/2003): para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado fora da sala de aula.

Lei 11.301/06 (modificou LDB): equipara-se ao magistério as atividades de direção, coordenação e assessoramento pedagógico quando exercidas por professores de carreira (**ADI 3772, J.29/10/2008**)

→ **Deficiente**

Constatação pela perícia médica da Previdência Social

TC mínimo laborado como deficiente.

Alteração do grau de deficiência: possível conversão (art.70-E, RPS).

MULHER		MULTIPLICADORES			
TEMPO A CONTRIBUIR		Para 25	Para 26	Para 26	Para 30
De 25 anos		1,00	1,20	1,40	1,50
De 24 anos		0,89	1,09	1,27	1,35
De 23 anos		0,77	0,96	1,09	1,17
De 22 anos		0,67	0,80	0,90	1,00

HOMEM		MULTIPLICADORES			
TEMPO A CONTRIBUIR		Para 25	Para 26	Para 30	Para 35
De 25 anos		1,00	1,15	1,30	1,40
De 24 anos		0,86	1,00	1,14	1,21
De 23 anos		0,73	0,86	1,00	1,06
De 22 anos		0,61	0,73	0,86	1,00

→ APTC proporcional: extinta pela EC-20/98. Remanesce como regra transitória para quem na data da publicação da EC-20/98 já era segurado (art.9.o, EC-20):

- **idade mínima**: H-53 anos/M-48 anos

- **TC**: H-30a/M-25a + **pedágio** (acréscimo de 40% sobre **TC** que na data da EC-20/98 faltava para o mínimo)

→ Carência: 180 meses ou regra de transição (art.142)

c) Valor:

- (i) **regra geral:** 100% SB x FP
- (ii) **exceção:** fórmula 85/95 (art.29-C, LB)
- (iii) **Deficiente:** FP somente incide **SE** + favorável
- (iv) **APTC proporcional** (regra de transição EC-20/98, art.9.o): 70% SB + 05% por ano que supere o TC mínimo acrescido do pedágio, limitado a 100% SB, x FP

d) Início do Pagamento: = aposentadoria por idade

3) Aposentadoria Especial – art.s 57/58, LB.

- a) Beneficiários: empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual cooperado
- b) Requisitos: 15, 20 ou 25 anos de trabalho habitual e permanentemente sujeito a condições especiais que prejudiquem a integridade física ou a saúde do segurado + carência
 - b.1. habitualidade e permanência
 - b.2. prova da exposição
 - b.3. atividade especial por categoria profissional
 - b.4. atividade especial por exposição a agentes nocivos
 - b.5. carência: 180 meses ou regra de transição (art.142)

b.1. habitualidade e permanência

– **habitualidade:** certeza de sujeição do indivíduo aos agentes nocivos nos dias de trabalho (porque a exposição é usual, rotineira, constante, muito frequente).

– **permanência:** exposição durante toda a jornada de trabalho, i.e., sem interrupções.

↳ **Não há descaracterização da permanência** em razão dos **períodos de descanso** determinados pela **legislação trabalhista**, dos **afastamentos** decorrentes de **gozo de benefícios por incapacidade acidentários** e da percepção de **salário-maternidade**, desde que, à data do afastamento, o segurado estivesse exercendo **atividade considerada especial**.

⇒ início da exigência: Lei 9.032, de 28.04.1995 ?

Súmula 49, TNU para reconhecimento de condição especial de trabalho **antes de 29/04/1995**, a exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física **não precisa ocorrer de forma permanente**.

b.1.1. habitualidade e permanência no enquadramento por **atividade profissional** (anexos dos Dec.53.831/64 e 83.080/79)

– até edição da Lei 9.032, de 28.04.1995.

– presunção absoluta de exposição a agentes.

– não basta prova da atividade (categoria) profissional.

b.1.2. habitualidade e permanência no enquadramento por **exposição a agentes nocivos** (anexos dos Dec.53.831/64 e 83.080/79)

– agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes.

– a exposição deve ser **indissociável** da **produção do bem** ou da **prestação do serviço**.

b.2. prova da exposição

– ônus do segurado

– objetivo: demonstrar exposição a agentes nocivos + permanência/habitualidade

– meios de prova: conforme a lei vigente à época da prestação dos serviços (**exceto ruído e temperatura**)

até 28.04.1995 (edição a Lei 9.032/95): formulário + (i) CP/CTPS por enquadramento de **categoria profissional**, conforme o Anexo do Dec.53.831/64 e o Anexo II do Dec.83.080/79; ou (ii) prova de **atividade penosa, insalubre e perigosa** (exposição a agentes nocivos) conforme o Anexo do Dec.53.831/64 e o Anexo I do Dec.83.080/79.

de 29.04.1995 a 13.10.1996 (véspera da publicação da MPv 1.523, que foi convertida na Lei 9.528/97): formulário + **registro específico em CTPS** da exposição aos agentes nocivos previstos no Anexo do Dec.53.831/64 e no Anexo I do Dec.83.080/79.

de 14.10.1996 a 05.03.1997 (edição do Dec.2.172/97): formulário + **LTCAT** que comprove a efetiva exposição a agentes agressivos previstos no Anexo do Dec.53.831/64 e no Anexo I do Dec.83.080/79.

de 06.03.1997 a 31.12.2003: formulário + **LTCAT** que comprove a efetiva exposição a agentes agressivos previstos no Anexo do RPS.

a partir de 01.01.2004 (data definida pelo art.148 da IN/INSS/DC n.º 95/97, na redação da IN/INSS/DC n.º 99, de 05.12.2003): formulário (**PPP**) elaborado com base em LTCAT que comprove a efetiva exposição a agentes agressivos previstos no Anexo do RPS.

b.2.1. formulário

- contém informações sobre as atividades desempenhadas pelo segurado e a indicação dos agentes nocivos a que exposto.
- preenchido pela empresa/empregador ou seu preposto.
- MPv 1.523/96: formulário preenchido com base nas informações contidas em LTCAT.
- divergência: exigível a partir de 06.03.1997 (publ.Dec.2.172/97)
- **Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)**: documento histórico-laboral do trabalhador que reúne informações administrativas, registros ambientais e resultados de monitoração biológica, durante todo o período em que ele exerceu suas atividades, de modo que deve ser atualizado sempre que houver alteração que implique mudança das informações contidas nos seus campos de preenchimento. Pressupõe a existência de LTCAT.

FORMULÁRIO	VALIDADE
IS nº SSS-501.19/71	26/02/1971 a 05/12/1977
ISS-132	06/12/1977 a 12/08/1979
SB-40	13/08/1979 a 15/09/1991
DISES BE 5235	16/09/1991 a 12/10/1995
DSS-8030	13/10/1995 a 25/10/2000
DIRBEN 8030	26/10/2000 a 31/12/2003
PPP	A partir de 01/01/2004

b.2.2. Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)

- documento elaborado por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho que contém a descrição minuciosa de todos os ambientes e condições de trabalho de uma empresa, com avaliação dos riscos ambientais ali presentes e suas classificações quanto aos graus de riscos à saúde do trabalhador.
- requisitos obrigatórios (IN 77/2015, art.262 e NR-15):
 - a) identificação do médico do trabalho ou engenheiro do trabalho emissor;
 - b) informações da empresa e dos setores de trabalho;
 - c) condições ambientais dos locais de trabalho;
 - d) duração da eventual exposição a agentes nocivos dentro da jornada de trabalho;
 - e) informações acerca de EPC e EPI;
 - f) conclusão;
 - g) data e local da inspeção.

b.2.2. Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)

- exigência:
 - (i) agentes físicos **ruido** e **temperatura**: sempre exigido.
 - (ii) todos os agentes nocivos: de **14.10.1996** (publicação da MPv 1.523) a **31.12.2003** (véspera da exigência do PPP).
 - ↳ Jurisprudência - divergência quanto ao termo **Inicial**:
 - **06.03.1997** (publ. do Decreto 2.172)
 - **10.12.1997** (Lei 9.528, decorrente da conversão da MPv 1523)
 - (iii) a partir de **01.01.2004**: quando solicitado pela perícia previdenciária.
- contemporâneo ao serviço prestado.
- ausência de LTCAT ou emissão de documentos (formulários) em desacordo com ele: multa (art.133, LB).

b.3. atividade especial por categoria profissional

- possível **até** 28.04.1995 (Lei 9.032/95), com base nas atividades (ocupações) profissionais elencadas no Anexo do Dec.53.831/64 e no Anexo II do Dec.83.080/79.
- presunção absoluta de exposição a agentes nocivos.
- necessário provar o efetivo exercício da ocupação profissional.
- rol **exemplificativo**: possível equiparação, desde que comprovado o efetivo exercício de atividades idênticas ao do paradigma (acerca das quais ocorre a presunção de insalubridade, periculosidade ou penosidade).
- ↳ **Súmula 191, TFR**: atendidos os demais requisitos, é devida a aposentadoria especial, se perícia judicial constata que a **atividade** exercida pelo segurado é perigosa, insalubre ou penosa, mesmo não inscrita em regulamento (DJ 02.12.1985).
- Exemplos:
 - enfermeiro vs atendente/auxiliar de enfermagem
 - engenheiro vs arquiteto
 - motorista de caminhão vs motorista de trator (súmula 70, TNU)

b.3. atividade especial por categoria profissional

- ⇒ situações peculiares
- Lavrador (Dec.53.831/64, cod.2.2.1): apenas trabalhadores na **agropecuária** (agroindústria e agro-comércio). Ficam **excluídos** o **segurado especial** e o **empregado rural**.
- Guarda vs Vigilante
 - * Dec.53.831/64, cod.2.5.7: bombeiros, investigadores, guardas.
 - * **súmula 26 da TNU**: a atividade de **vigilante** enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64.
 - ↳ Entendimento da Previdência Social: apenas SE for vigilante ARMADO.

b.4. atividade especial por exposição a agentes nocivos

– conceito de nocividade para fins previdenciários

- ⇒ inicialmente embasada em mera exposição a **risco de acidente**, sem qualquer impacto na saúde ou integridade física do trabalhador
- ⇒ atualmente consiste na situação combinada ou não de substâncias, energias e demais fatores de risco conhecidos, presentes no ambiente de trabalho, capazes de trazer ou ocasionar **danos à saúde ou à integridade física do trabalhador**.
- ⇒ agentes físicos, químicos e biológicos considerados isoladamente ou em associação uns com os outros.

b.4. atividade especial por exposição a agentes nocivos

– distinção entre atividade especial e atividade insalubre ou perigosa

	Atividade Especial	Atividade Insalubre ou Perigosa
Fundamento Normativo e Teórico	CF, art.201, § 1.o Redução da vida útil do trabalhador	CF, art. 7.o, XXIII Frequência de acidentes
Exigência	Exposição permanente e habitual	Qualquer exposição, mesmo a intermitente (Súmula 47, TST)
NR's	Aplicação subsidiária	Regulamenta o art.190 da CLT

b.4. atividade especial por exposição a agentes nocivos

– análise dos agentes nocivos: qualitativa ou quantitativa

- ⇒ **qualitativa**: basta a presença do agente nocivo no ambiente de trabalho.
- ⇒ **quantitativa**: somente configura atividade especial **SE** a exposição **ultrapassar os limites de tolerância** previstos na legislação vigente à época da prestação dos serviços.
 - l. limites de tolerância: previstos na NR-15 e apurados segundo a metodologia prevista pelas Normas de Higiene Ocupacional (NHO) da FUNDACENTRO.
- ⇒ a partir de 06.03.1997 (publ. do Decreto 2.172), os únicos agentes nocivos que reclamam análise **quantitativa** são **pressão sonora, temperatura e radiação ionizante**. Todos os demais são analisados **qualitativamente**.

b.4.1. Agentes Físicos

b.4.1.1. Calor

- inicialmente previsto no código 1.1.1 do Anexo ao Decreto 53.831/64.
- decorrente de fontes artificiais, o que exclui as intempéries (vento, chuva, frio, umidade, calor solar, etc).
- limites de tolerância:
 - ⇒ até 05.03.1997 (edição do Dec. 2.172): temperatura superior a 28.o C.
 - ⇒ após 05.03.1997: aferição em IBUTG (Índice de Bulbo Úmido - Termômetro de Globo) com limites variáveis previstos no anexo 03 da NR-15.
- ⇒ sempre necessário laudo técnico para aferir os limites de tolerância.

b.4.1. Agentes Físicos

b.4.1.2. Frio

- inicialmente previsto no código 1.1.2 do Anexo ao Decreto 53.831/64, foi reproduzido no Anexo I do Decreto 83.080/79.
- decorrente de fontes artificiais (trabalho em câmara fria).
- não exige permanência no interior da câmara fria, mas é necessário habitualidade.
- limites de tolerância:
 - ⇒ até 05.03.1997 (edição do Dec. 2.172): temperatura inferior a 12.o C.
 - ⇒ após 05.03.1997: não mais contemplado como agente nocivo para fins previdenciários.
- ⇒ sempre necessário laudo técnico para aferir os limites de tolerância.

b.4.1. Agentes Físicos

b.4.1.3. Umidade

- inicialmente previsto no código 1.1.3 do Anexo ao Decreto 53.831/64.
- umidade excessiva proveniente de fontes **artificiais**.
- atualmente previsto no Anexo 10 da NR-15: atividades executadas em locais alagados ou encharcados (lavadores de carros, operários de salinas, etc).

b.4.1. Agentes Físicos

b.4.1.4. Radiações Ionizantes

– provenientes de fontes naturais (materiais radioativos) ou artificiais (como aparelho de **raios X**), que emitem **raios alfa (a), beta (b) e gama (g)**, cujas radiações podem provocar **alterações mutagênicas e cancerígenas** no corpo humano, pois adentram o átomo, provocando uma subdivisão de partículas inicialmente neutras em partículas eletricamente carregadas.

– limites de tolerância:

- ⇒ até 05.03.1997 (edição do Dec. 2.172): simples exposição.
- ⇒ após 05.03.1997: fixados na NHO-05 da FUNDACENTRO (raio X) e Norma CNEN-NE-3.01 – Diretrizes Básicas de Radioproteção (demais casos).

b.4.1. Agentes Físicos

b.4.1.5. Radiações Não Ionizantes

– compreendem toda a radiação **eletromagnética** cuja energia por fótons seja inferior a 12 elétrons-volts, tais como as microondas, ultravioletas e laser.

– previsto no Anexo do Dec.53.831/64 (cod.1.1.4) e Anexo II do Dec.83.080/79 (cod.2.5.3) para a atividade de **soldagem com arco elétrico e com oxiacetileno**.

– limites de tolerância:

- ⇒ até 05.03.1997 (edição do Dec. 2.172): simples exposição.
- ⇒ após 05.03.1997: não mais contemplado como agente nocivo para fins previdenciários.

b.4.1. Agentes Físicos

b.4.1.6. Pressão Atmosférica Anormal

– atividades em que o trabalhador é submetido a pressões **maiores** que a atmosférica.

– agente nocivo analisado qualitativamente.

b.4.1. Agentes Físicos

b.4.1.7. Eletricidade

- previsto **apenas** no Decreto 53.831/64 (cod.1.1.8 do Anexo: cabinistas, montadores e outros, desde que expostos a tensão superior a 250 volts).
- periculosidade \neq degradação da saúde do trabalhador: ausência de previsão nos demais RPS.
- limites de tolerância:
 - \Rightarrow até 05.03.1997 (edição do Dec. 2.172): simples exposição.
 - \Rightarrow após 05.03.1997: não mais contemplado como agente nocivo para fins previdenciários. **Jurisprudência:** rol exemplificativo de **atividades especiais** (Resp 1.306.113, 1.a Seção, j. 14.12.2012). **Necessário LTCAT.**

b.4.1. Agentes Físicos

b.4.1.8. Ruído

- sempre necessário LTCAT

LIMITES DE TOLERÂNCIA	
Período	Limite de Tolerância
26/08/1960 a 05/03/1997	80 dB(A)
06/03/1997 a 18/11/2003	90 dB(A)
19/11/2003 em diante	85 dB(A)

\Rightarrow Súmula 32, TNU: *O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído.* (DJ 14.12.2011). **Cancelada em 09.10.2013.**

b.4.2. Agentes Químicos

- substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória nas formas de **poelras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores**, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão.
- Exemplo de agentes químicos: chumbo, benzeno, asbesto (amianto), silicatos (poeira de rochas, minérios e areias), determinados tipos de óleos e graxas, etc.
- análise qualitativa.
- a relação de agentes químicos é exaustiva e variou segundo a legislação vigente:
 - \Rightarrow até 05.03.1997 (edição do Dec. 2.172): Anexo do Decreto 53.831/64 e Anexo I do Decreto 83.080/79.
 - \Rightarrow após 05.03.1997: anexo do RPS.

b.4.3. Agentes Biológicos

- consideram-se agentes biológicos **bactérias, fungos, protozoários, parasitas, vírus** e outros que tenham a capacidade de causar doenças ou lesões em diversos graus nos seres humanos e que por isso podem ser chamados de **patógenos**.
- **risco** da contaminação *vs* **permanência e habitualidade** da exposição: proteção decorrente da **redução da expectativa de vida** (e não do risco de contágio).
- análise qualitativa.
- a relação de agentes biológicos é exaustiva e variou segundo a legislação vigente:
 - ⇒ até 05.03.1997 (edição do Dec. 2.172): Anexo do Decreto 53.831/64 e Anexo I do Decreto 83.080/79.
 - ⇒ após 05.03.1997: anexo do RPS.

b.5. carência: 180 meses ou regra de transição (art.142)

c) Valor: 100% SB

⇒ Não há incidência do FP.

⇒ é possível converter o tempo especial em comum, e o tempo especial em especial. Não é possível converter o tempo comum em tempo especial (art.70, RPS)

⇒ **Súmula 50 da TNU** (DJ 15.03.2012): *É possível a conversão do tempo de serviço especial em comum do trabalho prestado em qualquer período.*

Conversão de Tempo Especial em Especial

Tempo a Converter	Multiplicadores		
	Para 15	Para 20	Para 25
De 15 anos	-	1,33	1,67
De 20 anos	0,75	-	1,25
De 25 anos	0,60	0,80	-

Conversão do Tempo Especial em Comum

Tempo a Converter	Multiplicadores	
	Mulher (p/30 a)	Homem (p/35 a)
De 15 anos	2,00	2,33
De 20 anos	1,50	1,75
De 25 anos	1,20	1,40

d) Início do pagamento: = aposentadoria por idade

e) Observações Finais

e.1. Aposentadorias previstas em legislação específica (ou especial)

- **professor**: inicialmente prevista como atividade especial pelo Decreto 53.831/64, deixou de sê-lo aos **30.06.1981**, data da promulgação da **EC-18** à CF/67, que determinou a jubilação após **30/35 anos de serviço**, respectivamente, ao homem e à mulher. A partir daí passou a ser aposentadoria por tempo de serviço (atualmente por tempo de contribuição) mas com tempo reduzido em 05 anos.

- **deficiente**: LC n.º 142/2013 regulamentou o art.201 § 1.º da CF/88, criando **requisitos diferenciados** (redução de TC e Idade) para obtenção de APTC e Apos Idade aos **portadores de necessidades especiais**. Portanto, não se trata de aposentadoria especial.

- **aeronauta**: instituída pela Lei 3.501, de 21.12.1958, permitia a aposentadoria aos **45 anos de idade + 25 anos de serviço**. Extinta pela EC 20, de 15.12.1998, que vedou a adoção de critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias do RGPS.

- **marítimo em navio mercante nacional**: ano marítimo conta com **255 dias** (instituído pelo Decreto 22.872/33, que criou o IAP dos Marítimos, foi posteriormente previsto no art.54 § 1.º do Decreto 83.080/79 e no art.57 do Decreto 2.172/97). Extinta pela EC 20, de 15.12.1998, que vedou a adoção de critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias do RGPS.

- **jornalista profissional**: instituída pela Lei 3.529, de 13.01.1959, permitia a aposentadoria após **30 anos de serviço** em empresa jornalística + **24 contribuições** mensais sem interrupção. Extinta pela MPv 1.523, de 14.10.1996.

e.2. Profissões com regulamentação trabalhista específica

- determinadas profissões gozam de jornada reduzida devido a diversos fatores, como a **exigência de atenção por longos períodos ininterruptos** ou em função da **monotonia** da atividade desempenhada (em geral são atividades penosas).

- Exemplos: ascensoristas (Lei n.º 3.270/57); bancários (CLT, art. 224); operadores de telefonia, radiotelefonia e radiotelegrafia (CLT, art. 227); músicos (Lei n.º 3.857/60); operadores cinematográficos (CLT, art. 234); operadores ferroviários telegrafistas (CLT, art. 246); mineiros (CLT, art. 298); jornalistas e radialistas (CLT, art. 303); aeroviários (Decreto n.º 1.232/62); professores (CLT, art. 318).

- Não havendo exposição a agentes prejudiciais à saúde ou integridade física do segurado, não se configura atividade especial para fins previdenciários.

e.3. Contribuinte Individual

- exerce atividade:
 - * por **sua conta e risco**.
 - * **sem** qualquer relação de subordinação.
 - * marcada pela **eventualidade**.
- ⇒ **ausente** a permanência e habitualidade.
- possível reconhecimento de atividade especial:
 - (i) até 28.04.1995 (edição da Lei 9.032) por enquadramento de **atividade** (ocupação ou categoria) **profissional**.
 - (ii) a partir de 12.12.2002 (edição da MPv n.º 83, convertida na Lei 10.666/03) para o contribuinte individual vinculado a **cooperativa de trabalho e cooperativa de produção**.
 - ⇒ **Resolução do Senado n.º 10, de 30/03/2016**: suspensão da execução do inciso IV do art.22 da Lei 8.212/91 e entendimento da PGFN

* **Súmula 62, TNU**. O segurado contribuinte individual pode obter reconhecimento de atividade especial para fins previdenciários, desde que consiga comprovar exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física. (publ.03/07/2012)

e.4. Utilização de EPC/EPI eficaz

- EPC são **construções** erigidas pela **empresa** visando a **defender o trabalhador de acidentes do trabalho, doenças profissionais ou do trabalho** e, sobretudo, **de exposição aos agentes nocivos** (NR-9 e 11). Ex: enclausuramento acústico de fontes de ruído, ventilação dos locais de trabalho, extintor de incêndio, proteção de partes móveis de máquinas e equipamentos (conforme NR-11), cabine de segurança biológica, capelas químicas e cabine para manipulação de radioisótopos.
- L introduzido na legislação previdenciária pela MPv 1.523, de 11.10.1996, que originou a Lei 9.528/97.
- EPI é "todo dispositivo de uso individual destinado a **proteger a integridade física do trabalhador**" (NR-6). Ex: protetores auriculares, luvas, máscaras, calçados, capacetes, óculos e vestimentas.
- L introduzido na legislação previdenciária pela MPv 1.729, de 02.12.1998, convertida na Lei 9.732/98.

- NR-6: obrigação de EPI apenas se o EPC não for suficiente para controlar os riscos existentes no ambiente de trabalho.

- PPP: deve informar sobre o fornecimento e a eficácia do EPI/EPC.

- GILRAT (SAT/RAT): o adicional não é devido quando a adoção de medidas de proteção coletiva ou individual neutralizarem, ou reduzirem aos níveis de tolerância, a exposição a agentes prejudiciais à saúde e à integridade física do segurado.

- **Súmula 09, TNU**: o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, **no caso de exposição a ruído**, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado. (DJ 05.11.2003)

– STF, ARE n.o 664.335 (julgamento concluído em 04/12/2014) – duas teses:

*1.a) o direito à aposentadoria especial pressupõe a efetiva exposição do trabalhador a agente nocivo à sua saúde, de modo que, se o EPI for **realmente capaz de neutralizar a nocividade** não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial.*

2.a) na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do PPP, no sentido da eficácia do EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

⇒ Ressalvas do relator:

- Dúvida quanto a eficácia do EPI
- Provisoriedade da 2.a tese
